
A crítica de Eugen Fink à fenomenologia de Husserl e sua reproposição a partir do conceito de experiência ontológica

Eugen Fink's critique of Husserl's phenomenology and its reposition from the concept of ontological experience

DOI: 10.12957/ek.2022.70473

Anna Luiza Coli¹

Universidade Estadual de Londrina

annaluizacoli@gmail.com

RESUMO

Partindo da consideração de duas obras “inexistentes” – uma perdida durante a Segunda Guerra, a outra nunca sistematicamente escrita –, o presente artigo tem a intenção de propor um fio condutor capaz de conectar a crítica que Fink dirige à fenomenologia husserliana e os desenvolvimentos posteriores de sua própria filosofia fenomenológica. A tese fundamental é a de que a obra de Fink posterior a 1946 tematiza e tenta responder às limitações da fenomenologia husserliana que ele identificara desde os primeiros escritos e o trabalho conjunto com Husserl. Materiais inéditos revelam o empenho de Fink (até por volta de 1940, quando a situação da guerra impediu que ele continuasse a trabalhar) de formular uma crítica sistemática à fenomenologia, e nos permitem, assim, encontrar o elo textual até então desconhecido entre a crítica a Husserl e sua filosofia posterior. O objetivo do artigo é, portanto, argumentar que a obra tardia de Fink permaneceu comprometida com um projeto fenomenológico, muito embora partindo de uma *nova* concepção de *fenomenologia*.

¹ Doutora em filosofia pela Bergische Universität Wuppertal (Alemanha) e Charles University Prague (República Tcheca), realiza atualmente estágio de pós-doutorado pela Universidade Estadual de Londrina (UEL).

Palavras-chave: Fenomenologia. Ontologia do devir. Especulativo.

ABSTRACT

Proceeding from the account of two “non-existent” works – one of them lost during the Second War, the other never systematically written –, the present paper aims to propose a train of thought connecting Fink’s critique of Husserlian phenomenology and the later developments of his own phenomenological philosophy. The fundamental thesis is that Fink’s work after 1946 thematizes and tries to respond to that limitations of Husserlian phenomenology he has been pointing out since his early writings and joint work with Husserl. Unpublished materials reveal Fink’s efforts (until about 1940, when the war situation prevented him from carrying on with his work) to formulate a systematic critique of phenomenology, and they therefore allow us to track the hitherto unknown textual link between his critique of Husserl and his later philosophy. The aim of the paper is thus to claim that Fink’ late work remained committed to a phenomenological project, albeit starting from a *new* conception of *phenomenology* – which can be understood as a ‘speculative’ one.

Keywords: Phenomenology. Ontology of becoming. Speculative.

Introdução

Dentre todas as excepcionais e originais “heresias” que compõem o que chamamos de “fenomenologia”, segundo a inapelável formulação de Paul Ricoeur, aquela cuidadosamente nutrida e concebida junto ao pai de todas elas, Edmund Husserl, mas igualmente à sua revelia, cometida por Eugen Fink, permanece, ousado dizer, a “heresia” ainda menos compreendida, menos tematizada e discutida. Muito se especula sobre as razões pelas quais Fink e sua obra permaneceram por tanto tempo numa espécie de limbo no qual o nome de Fink só aparecia dentre os intérpretes de Husserl e Heidegger – ou Nietzsche!² Para a sorte do conjunto das heresias fenomenológicas, no entanto, essa dívida histórica vem sendo reparada desde o projeto da publicação de suas obras completas

² À exceção do livro sobre Nietzsche, que teve boa recepção e foi traduzido em muitos idiomas, a obra de Fink posterior à Segunda Guerra parece ter sofrido alguma resistência no próprio território alemão, e vem sendo redescoberta mesmo na Alemanha somente desde o projeto de publicação de suas *Obras Completas* (EFGA), iniciado em 2006.

(*Eugen Fink Gesamtausgabe*). O material publicado vem causando atualmente um grande burburinho nos centros de pesquisas dedicados à fenomenologia, mesmo na Alemanha. Afinal, trata-se de um filósofo de primeira grandeza, um verdadeiro “herege” no sentido ricoeuriano que remexeu as entranhas da fenomenologia e cujos avanços e oposições à proposta husserliana merecem ser estudadas e debatidas a fundo. Para (muito) além de proponente de uma terceira via para a pesquisa fenomenológica em relação às figuras de Husserl e Heidegger, o pensamento de Fink ainda se coloca em interlocução com os de Nietzsche, Kant, Hegel e da filosofia antiga para propor algo radicalmente original em termos de perspectivas fenomenológicas.³ No espírito de uma ampliação dos horizontes que abrigam as “novas perspectivas” da fenomenologia, portanto, acredito que a contribuição de Fink merece ser trazida ao debate.

Do “Tratado” à “Experiência ontológica”

Há uma história subjacente ao percurso dos trabalhos efetivamente escritos e publicados por Fink no período que se estende desde a morte de Husserl, em 1938, até o fim de sua vida, em 1975, que é constituída em torno de duas grandes obras: os monumentais *Tratado sobre a pesquisa fenomenológica* e o estudo sobre a *Experiência ontológica*. E no entanto, apesar de sua importância decisiva na estruturação do pensamento de Fink, nenhuma destas obras de fato *existe* enquanto tal. Daí a referência inicial a uma história *subjacente*: a despeito de não existirem como obras, elas funcionam como buracos negros cujos campos gravitacionais configuram o campo de todos os problemas fundamentais que sustentam a filosofia fenomenológica de Fink.⁴

³ Minha hipótese interpretativa fundamental é de que o projeto cosmológico de Fink, desenvolvido no pós-guerra, leva adiante e em grande medida coincide com a proposição de uma *fenomenologia negativa*, como defendo em COLI, 2022b.

⁴ Que a filosofia de Fink após a morte de Husserl possa ser considerada de fato uma “fenomenologia” é uma questão atualmente em debate entre seus intérpretes. Como já argumentei em outro trabalho (cf. COLI, 2022b), acredito que todo o pensamento de Fink permaneceu até o fim fortemente comprometido com um projeto fenomenológico, muito embora ele opere deslocamentos fundamentais nas bases metafísicas da fenomenologia – como argumento a seguir –, de modo a reconduzir a fenomenologia ao campo propriamente filosófico, leia-se metafísico, do qual Husserl a teria a todo custo tentado desviar.

O *Tratado sobre a pesquisa fenomenológica* chegou a existir até 1940 e, a julgar pelas referências a ele nas notas de trabalho ainda inéditas⁵, tratava-se de um conjunto robusto de materiais no qual Fink apresentava os resultados e as elaborações de seu percurso ao longo da última década de intenso trabalho ao lado de Husserl, como seu assistente e colaborador “indispensável” (HUSSERL, 1994, p. 140). Desde o início do trabalho com Husserl, que inclusive antecede o período de assistência por incluir aí o doutorado e consequentemente sua tese *Presentificação e imagem* (FINK, 2019), Fink se revelou tanto um profundo conhecedor da obra e do pensamento de Husserl quanto seu crítico sagaz. Nos projetos desenvolvidos em conjunto, são abundantes as linhas de tensões e os pontos de negociação entre ambos, a ponto de suscitar especulações de que essas discordâncias teriam impedido a realização de alguns deles. O caso mais emblemático é certamente o da publicação das *Meditações Cartesianas* em alemão (cf. BRUZINA, 2004), que deveria incluir uma extensa revisão, realizada por Fink (cf. FINK, 1988b) e uma Meditação inteiramente nova – a “famosa” *Sexta Meditação Cartesiana*, de autoria exclusiva de Fink. (FINK, 1988a). Os diversos comentários de Husserl em cartas a amigos parecem sustentar, ao contrário, a perspectiva de que a contribuição de Fink, seus questionamentos e proposições, foram fundamentais para o desenvolvimento final da fenomenologia nas formulações de *Krisis* (BIEMEL, 1985, p. 114). Polêmicas à parte, incontestável é o fato de que Fink trazia desde o início a perspectiva muito clara de um projeto fenomenológico que reconduzisse a fenomenologia à filosofia, i.e., que pudesse alçar seu escopo para além da “mera descrição referida ao ente” (FINK, 2020b, p. 511) para colocar-se novamente a pergunta pelas condições de possibilidade da reflexão filosófico-fenomenológica sobre o ente. Antecipando a hipótese que tratarei neste artigo: trata-se de deslocar o escopo da pesquisa fenomenológica de volta ao problema ontológico, recusando a solução de compromisso representada por aquilo que muito resumidamente podemos nos referir como a “ontologia formal”, i.e., o composto noesis-noema e seu lugar intermediário e alternativo ao impasse moderno sujeito-objeto, por meio da qual Husserl em alguma medida se retirava do problema tradicionalíssimo de se perguntar pelo ser do objeto (ou do

⁵ Próximos volumes da série *Phänomenologische Werkstatt* (vol. 3/3 e 3/4), com publicação prevista para 2023.

ente). Trata-se, portanto, e em linhas gerais, de recolocar a ontologia no rol dos problemas a serem enfrentados pela fenomenologia. Na formulação precisa de Fink, o que sobra de ontológico na fenomenologia husserliana “não é uma ontologia, mas uma teoria formal dos objetos”, a qual “ocupa, em Husserl, o vazio da metafísica tradicional em seu trabalho” (FINK, 2020b, p. 514).

O *Tratado*, como podemos imaginar a esta altura, e como Fink corrobora em suas referências a ele ao longo dos manuscritos de trabalho, elaborava minuciosamente os pontos-limites nos quais, segundo ele, a fenomenologia escorregava para fora do campo filosófico para se abrigar no campo da cientificidade, à época enfaticamente refratária à metafísica. Mas o *Tratado* se perdeu em alguma eventualidade catastrófica (certamente não a única) que marcou a vida de Fink durante o período de ascensão do nazismo e do início da Segunda Guerra. Para além das referências ao *Tratado* nas notas de trabalho, o que temos hoje é apenas um material de cerca de vinte páginas datilografadas intitulado *Elementos para uma crítica a Husserl*, que inicia com a advertência: “Anotações da época da redação do *Tratado sobre a pesquisa fenomenológica*, primavera 1940. O manuscrito, semipronto, foi perdido devido aos eventos da guerra” (FINK, 2020b, p. 510).⁶ É partindo dele que tento, neste artigo, reconstruir um fragmento dessa história subjacente e preservada nestas poucas páginas do manuscrito sobrevivente.

O caso de *Experiência ontológica*, que tampouco configura uma obra como tal, já é bem diferente, apesar de termos notícias dela também – e apenas – através de notas de trabalho ainda inéditas. A obra que carregaria esse título nunca foi, afinal, concluída, e talvez nem tenha mesmo chegado a assumir a forma de um texto único, como um manuscrito sistemático que conteria suas seções e capítulos. Mas paradoxalmente, Fink nunca deixou de escrevê-la. Ou de escrever sobre o problema de uma experiência específica do pensamento à qual ele atribuiu a qualificação de *ontológica*. Ainda que o conceito apareça algumas poucas vezes em títulos de conferências ou obras, foi em grande medida em torno dele que o eixo central do pensamento de Fink se estruturou. Além do grande volume de anotações e esboços sobre a obra e o problema que em breve veremos

⁶ Ainda inédito em alemão (sua tradução para o português, contudo, foi publicada no “Dossiê Fink” da *Phenomenology, Humanities and Science*, 2020, vol. 1, n. 3), sua publicação está prevista no volume 4 da série *Phänomenologische Werkstatt*, tomo 3 das obras completas de Fink (EFGA 3/4).

publicados, várias obras fundamentais do período do pós-guerra representam tentativas de formulação desta questão, dentre as quais i) as lições do semestre de inverno de 1951/52, publicadas postumamente como *Sein und Mensch: Vom Wesen der ontologischen Erfahrung* (FINK, 1977a), ii) a conferência que precedeu em poucos anos essa série de lições, proferida em 1949 na Argentina, *Sobre o problema da experiência ontológica* (FINK, 2020a), e finalmente iii) os trabalhos mais diretamente referidos à sua interpretação de Hegel, onde Fink foi buscar não apenas a inspiração para a recolocação da questão ontológica (*Enciclopédia das ciências filosóficas*), mas igualmente para o próprio conceito de *experiência* (*Fenomenologia do Espírito*): *Hegel – Phänomenologische Interpretationen* (FINK, 1977) – cujo texto foi estabelecido não apenas a partir das lições do semestre de inverno de 1948/49, e portanto anteriores às duas primeiras, mas igualmente a partir das lições do semestre de 1966/67, nas quais Fink retomou e lapidou o texto usado quase duas décadas antes. O longo intervalo entre estes seminários é interessante justamente por mostrar como a problemática ontológica é o eixo que atravessa o pensamento de Fink em todo o período, como a constante que não cessa de desafiar sua formulação ainda uma e outra vez.

Ao esticar esta linha que se tensiona entre duas obras que não existem – e cuja inexistência, neste caso, fez com que todas as outras fossem possíveis – minha intenção é apenas a de apontar para a latência dessa história a ser ainda devidamente descoberta e contada na recepção e interpretação da obra de Fink. Diante da vastidão do que há a ser dito sobre tudo isso, este artigo tem a intenção de apontar apenas um fio condutor possível que atravessa de um lado a outro da história (de uma “obra” à outra), partindo de um único aspecto do problema ontológico: o conceito de experiência.⁷ Este recorte permite, por um lado, enfrentar algumas das críticas mais severas feitas à fenomenologia husserliana e observar como Fink busca uma saída para o impasse da fenomenologia justamente no conceito de experiência tal como elaborado por Hegel no prefácio à sua *Fenomenologia do Espírito*. Nesse sentido, é um recorte que conecta duas pontas aparentemente não-comunicantes, o que permite recuperar um fio nada evidente dessa história. Por outro lado

⁷ Em outro trabalho (cf. COLI, 2022b), enfatizei o lugar privilegiado da questão ontológica no pensamento de Fink no quadro mais geral da formulação do problema dos chamados *Transcendentais* (ser, mundo e verdade).

(não poderia deixar de apontar os limites), no entanto, esse recorte condiciona o tratamento do problema da ontologia – infinitamente mais vasto e complexo – ao ângulo preciso em que ele se encaixa em uma argumentação centrada no conceito de experiência.

Conceitos operativos ou: por que a fenomenologia não é uma ciência sem pressupostos

No manuscrito em forma de teses (56 ao todo), que recebeu o título *Elementos para uma crítica a Husserl* e a ingrata incumbência de sintetizar em fórmulas enxutas todo o trabalho argumentativo do *Tratado* perdido, Fink constrói uma espécie de mapa cujas indicações não são afeitas a um navegador-leitor que não ele mesmo: são indicações para que ele próprio tivesse, eventualmente, condições de reconstruir o percurso desenvolvido no *Tratado*. O desafio, portanto, é o de decifrar as mensagens codificadas, reconstruindo também as peças evidentemente faltantes do quadro maior apenas esboçado no tracejado das teses. E apesar disso há um núcleo muito claro a partir do qual os argumentos se estruturam nesse trabalho – o qual se deixa pensar a partir de duas questões fundamentais. Embora distintas, elas permanecem intimamente interconectadas:

- 1) Em primeiro lugar, a crítica à concepção de uma autodoação originária que serviria de base à descrição [*Deskription*] como procedimento pretensamente livre de todo pressuposto. Sobre a alegada “ausência de pressupostos” da fenomenologia husserliana, Fink afirma que “[u]m preconceito descarado da descrição fenomenológica consiste na noção de uma simples doação anterior a todos os juízos intelectivos, como o fundamento pré-predicativo dos juízos expressos” (FINK, 2020b, p. 515). E conclui: “talvez a tal ausência de preconceitos seja ela mesma já um preconceito!” (FINK, 2020b, p. 514).
- 2) Em segundo lugar, por conseguinte, a inaptidão metodológica para pensar a coisidade da coisa enquanto tudo aquilo que serve de objeto da apreensão intencional (e consequentemente da pesquisa fenomenológica), de modo que a ideia de um retorno “à facticidade originária do ‘ego cogito’” permaneceria aprisionado em uma ingenuidade, uma “coisalidade sem o conceito de coisa!”. E conclui poucas frases adiante, que tal consideração corresponderia à “alucinação de uma imediatricidade, de um puro e simples registro de um ente que simplesmente jaz diante de nós, de uma coisa que se nos apresenta

já pronta. A coisalidade da coisa não é nem discutida nem compreendida.” (FINK, 2020b, p. 516).

Para contextualizar o problema em questão, vale dizer que aqui Fink está claramente dialogando com a ideia programática para a fenomenologia que Husserl formulou em *Ideias I*, segundo a qual, enquanto “filosofia primeira”, a fenomenologia deveria não apenas “oferecer os meios para que toda crítica da razão possa ser realizada” e, gozar, assim, da “mais completa ausência de pressupostos [*Voraussetzungslosigkeit*]”, bem como “realizar a mais completa clareza sobre sua própria essência e, portanto, igualmente sobre os princípios do seu método” (HUSSERL, 1976, p. 136).⁸ Husserl teria, segundo Fink, permanecido atrelado a esta conformação programática até o fim de sua vida, sem jamais superar seu estilo “anti-especulativo”. Todo esse “preconceito a respeito da tradição especulativa da filosofia” teria sido cuidadosamente cunhado no *milieu* intelectual que Fink caracteriza como a “atmosfera do final do século XIX (visão científica sem metafísica, psicologia dos fatos da consciência, culto positivista dos fatos)” (FINK, 2020, p. 511).

Os dois problemas apontam para uma mesma direção, também explicitada por Fink ao longo das teses: a fenomenologia de Husserl acredita prescindir da ontologia (da pergunta pelo ser do ente, da coisa) ao anunciar-se como método intuitivo capaz de acessar o ente das coisas diretamente, sem pressupostos metodológicos. O ponto fundamental para Fink é: se Husserl pretende fazer de sua fenomenologia uma espécie de “propedêutica pré-filosófica da filosofia” que deve servir às demais ciências de fundamento rigoroso na medida em que é “neutra em relação às perspectivas filosóficas”, i.e., que alega para si o *status* de uma “ciência sem pressupostos”, o resultado disso seria duplamente inconveniente: i) por um lado a exclusão da fenomenologia do campo dos problemas filosóficos por excelência, e ii), por outro, a mitigação dos próprios pressupostos e da necessidade de tematizá-los pela predicação enganosa da fenomenologia como ciência *livre de todo pressuposto*.

⁸ Na edição brasileira: HUSSERL, 2014, p. 144. Nesta edição não consta a tradução do Apêndice 77 ao qual me refiro. Nele, pode-se ler: “Se uma teoria do conhecimento sem pressupostos deve ser possível e mesmo necessária, – sem pressupostos no que se refere a toda validade do conhecimento [*Erkenntnisgeltung*], e, portanto, igualmente à experiência mais ordinária –, então deve haver um caminho que conduza desde a orientação natural, que pressupõe ingenuamente o mundo, até a [orientação] epistemológica (transcendental).” HUSSERL, 1976, p. 630.

Para Fink, portanto, a alegação de que a fenomenologia seria uma ciência livre de todo pressuposto – e, precisamente por isso, apta a servir de pressuposto a todas as demais –, funcionaria, antes, como a armadilha que acoberta os próprios pressupostos ao deixá-los presos do lado de fora do campo da consideração fenomenológica. Na esteira da denúncia de Heidegger (2012), Fink também chama atenção para o fato de que a filosofia que se faz em nome do *ser* e das coisas que *são*, em grande medida não se coloca a questão sobre o significado de *ser* com o qual elas já operam. A cada vez que dizemos de algo que ele é, pressupomos uma compreensão de ser que dificilmente se torna objeto de um questionamento explícito. Assim, recolocar a ontologia no campo dos problemas da fenomenologia significa precisamente transformar o *ser*, de um conceito operativo e irrefletido, em um conceito temático, explicitamente colocado. Este argumento, embora subjacente a todos os esforços de Fink em torno da sistematização de sua crítica à fenomenologia husserliana, i.e., desde pelo menos 1940 (o que não deixa de surpreender!), é claramente formulado apenas na conferência “Conceitos operativos da fenomenologia de Edmund Husserl” de 1957 (FINK, 1976).

Operativos são, portanto, os conceitos básicos com os quais todo pensamento necessariamente opera. A cada vez que pensamos ou nos referimos a algo, seja na esfera da vida cotidiana ou no exercício filosófico, pressupomos irrefletidamente conceitos como *ser*, *mundo* ou *verdadeiro*. Como observa Fink (1970, 1976), são conceitos que subjazem à própria linguagem e aos quais ela não pode prescindir. Fink acusa a filosofia em geral de ocupar-se apenas dos conceitos chamados *temáticos*, ou seja, os conceitos principais que cada filosofia cria e elege para tematizar explicitamente – como *espírito*, para Hegel; *vontade de potência*, para Nietzsche, ou ainda a *mônada* de Leibniz (FINK, 1976, p. 184). Sem a explicitação temática dos próprios conceitos operativos, a filosofia se ergue sobre um ponto cego, um fundamento irrefletido que a mantém presa a uma ingenuidade que precisa ser superada em sua própria problematização. Não por acaso, a resposta de Fink à questão fundamental sobre o *início da filosofia* consiste em dizer que ingressamos na via filosófica do pensamento quando somos capazes de transformar a familiaridade e a obviedade do mundo no qual somos de modo imediato em algo extraordinário e espantoso. A chamada “superação da ingenuidade” (FINK, 1985. p. 50f.) que inaugura a filosofia

corresponde à transformação do óbvio em uma questão a ser investigada. Por outro lado, contudo, o espantoso da obviedade só pode emergir em sua radicalidade se o questionamento sobre eles se estender às noções básicas e óbvias com as quais ele opera. Para recuperar a analogia que Fink faz com a visão (FINK 1976, p. 190), os conceitos operativos são “invisíveis” ao pensamento à medida que fornecem o próprio *meio* através do qual “vemos” todas as coisas, i.e. que articulamos e tematizamos todos os demais conceitos. Assim é que, desde o início, “o pensar se fundamenta sobre o impensado” (idem, p. 186), e a filosofia deve se compreender como o caminho do pensamento sobre aquele impensado que oferece a condição de possibilidade de todo pensar. Filosofar é inaugurar a vereda através da qual todo familiar se torna estranho, toda existência se torna um problema, toda imediatez se torna *mediada*. Fink chegou mesmo a aproximar a cisão que o espanto causa no tecido de obviedade do real à redução fenomenológica, que atuaria como uma espécie de *thaumázein*.

Muito embora estejamos desde sempre imersos na ingenuidade inicial da nossa situação de familiaridade com o mundo, a transformação do uso operativo de um conceito em temático exige um esforço descomunal (FINK, 2020a, p. 201) e constante, uma vez que se trata de suspender o funcionamento automático de um pensamento sempre já em operação. O pensamento filosófico não se inaugura através da mudança de atitude que suspende a tese mais geral da existência das coisas no mundo mas, antes, desdobra-se como o caminho aberto pelo espanto como a cisão que rasga o véu da familiaridade do mundo em direção à sua mediação pelo pensamento. Ora, não é outro o sentido da enigmática asserção de Fink já em 1929, em sua tese *Presentificação e imagem*, segundo a qual “a redução tem ela própria sua situação mundana na qual emerge e na qual, de certo modo, permanece” (FINK, 2019, p. 38-9).

É no contexto específico de elaboração dos conceitos com os quais todo pensamento necessariamente opera, ainda que não explícita e tematicamente, que a pergunta pelo “ser” de tudo o que é no mundo deve ser colocada. No limite, pensar sobre as coisas e voltar às coisas mesmas é fazer a experiência fundamental do pensamento ao problematizar seus pressupostos e performá-lo como questionamento radical, i.e., como pensamento que se volta à raiz do problema ontológico. A problemática ontológica se impõe de modo

incontornável ao projeto de Fink de recolocar a fenomenologia no campo das questões filosóficas por excelência. Não é junto a Husserl, portanto, que Fink vai buscar os meios de sua proposição ontológica, mas junto a Hegel.

A experiência e o movimento do conceito

Em *Sein, Wahrheit, Welt*, Fink traça um paralelo entre o caminho da experiência da consciência em direção ao saber Absoluto, com Hegel, e a *episteme* típica da filosofia que Aristóteles concebera como busca pela *sophia* (FINK, 1970, 10f.). Esse paralelo fica claro quando, ainda junto a Aristóteles, responde à pergunta sobre o que nos permitiria dizer de um sábio que ele é também um *Sophon* dizendo que “chamamos sábios àqueles que tudo sabem” (FINK, 1970, 11). Adiante pondera, no entanto, que esse “tudo” diz respeito ao “saber do ente no todo [*im ganzen*]”(idem). Assim, a *episteme* que caracteriza a *sophia* do filósofo procederá, em sua leitura, a partir das coisas imediatamente dadas no todo do mundo, no interior do qual elas aparecem como uma antecipação reveladora do sentido da existência cotidiana e familiar – uma antecipação todavia ainda vazia e indeterminada. Que possamos experimentar as coisas no mundo como uma *antecipação* de algo a ser revelado resulta, segundo Fink, do fato de que existimos sempre “à luz do ser” (FINK, 1970, 75), ou seja, somos iluminados de antemão por uma pré-compreensão do ser das coisas que, embora vago e indeterminado, nos permite agir e existir imediatamente no mundo. A este modo humano de existir de *à luz do ser* Fink dá o nome de “noção de ser” [*Seinsahnung*].

Apropriando-se claramente da noção heideggeriana de *indicação formal* (HEIDEGGER, 2012) – o que ele fazia desde a tese de 1929 (2019, 25) – Fink se apoia na ideia de que nossa existência e nossa linguagem são desde o início perpassadas por uma noção imprecisa e indeterminada de ser e do que significa para algo ser no mundo. Essa “noção de ser” corresponde à iluminação antecipatória na medida em que é somente a partir dela que podemos transformar o ser e a existência em um problema, e nos espantar diante do fato de que as coisas e o mundo existem. A filosofia, portanto, é o caminho inaugurado pelo espanto diante da obviedade da existência – caminho através do qual a existência em geral, e não apenas humana, se torna ela mesma uma questão, e não mais uma pressuposição ingênua. Se a inauguração da via filosófica do pensamento se dá por meio do

espanto e da desarticulação do véu de familiaridade dessa existência, o desdobramento do pensamento filosófico como caminho se realiza como a *determinação* daquela noção *indeterminada* e imediata que nos garantia apenas a capacidade de agir no mundo, mas não de pensar sobre ele.

Questionar a obviedade da noção de ser é colocar em movimento a noção fixada e indeterminada de ser e, portanto, coincide com o processo de sua determinação, de sua mediação aos moldes da experiência hegeliana da consciência. Como movimento do pensamento, portanto, é que a filosofia progride como uma experiência que tem na indeterminação e imobilidade da noção de ser sua condição de possibilidade, seu início no espanto, e que finalmente se desenvolve como experiência do ser – como *experiência ontológica* (FINK, 1970, p. 53).

Somente no filosofar autêntico e explícito é que todo o repertório dos pensamentos ontológicos *a priori* pode novamente ser colocado em movimento, assim como são libertados os ‘conceitos fundamentais’, e os pensamentos ancestrais a serem sempre e de novo recolocados podem de fato ser pensados. (FINK, 1970, 17).

Dizer que a condição de possibilidade da experiência ontológica é a noção vaga e indeterminada de ser significa também reconhecer que é essa mesma noção que configura o horizonte projetivo de toda experiência ontológica. Para dizer como Fink já na tese de 1929, na qual se apropria da ideia heideggeriana de indicação formal: a situação mundana na qual o próprio mundo e a existência se tornam um problema projeta um horizonte de experiência que deve dizer respeito àquela situação mundana específica. E assim, toda situação mundana configura o horizonte projetivo no qual a experiência daquela existência que ali acontece pode ser interrogada. Nesse sentido, toda investigação ontológica permanece atrelada ao seu ponto de partida imediato.

Ora, Fink está interessado em pensar a ontologia a partir do ente no todo do mundo, tal como ele nos vem de encontro na vida cotidiana. Assim, ele busca primeiramente em Nietzsche a intuição de uma “ontologia do devir” (FINK, 2020c, 521), em que se concebe o ente e a existência como parte do fluxo incessante das transformações que tudo criam e tudo destróem sem qualquer imputação moral. Em Nietzsche, segundo Fink, “o dionisíaco tem o sentido ontológico do devir do mundo como o jogo do tempo que temporaliza,

enquanto o apolíneo diz do princípio de individuação daquilo que é temporalizado na temporalidade, i.e, a aparência da forma que se conserva” (FINK, 2020c, 523 - trad. modificada). A ontologia do devir é, portanto, a consideração do ente como um campo de forças cujos contrários constituintes – que receberam de Nietzsche a forma do embate entre o princípio dionisíaco do fluxo ébrio e o princípio apolíneo da sobriedade das formas individualizadas – constroem o ente ao processo irrefreável do devir e do diferenciar-se de si mesmo. A luta dos princípios opostos não conhece conciliação possível, não tem uma “redenção”. Por essa razão, Fink aproxima a ontologia do devir à experiência do trágico: “O trágico é a primeira fórmula básica de Nietzsche para sua experiência de ser. A realidade é para ele a contradição dos opostos primordiais”, (Fink 1960, 17). E muito embora Fink vá buscar a intuição de uma ontologia do devir sem imputação moral em Nietzsche, é em Hegel que ele busca os meios conceituais para levar essa ontologia para além da intuição “trágica” de Nietzsche.

A experiência e o especulativo

É notório, ao meu ver, a insistência de um equívoco já histórico acerca do conceito de especulação tal como foi empregado por Fink de forma coerente desde os primeiros materiais documentados em suas notas de trabalho, *Phänomenologische Werkstatt*, estendendo-se ao longo de toda sua obra posterior. Atribuo esse equívoco interpretativo aos primeiros (e certamente louváveis) esforços de interpretação da obra de Fink, feitos todavia a partir de um contexto conceitual quase exclusivamente configurado pela fenomenologia husserliana.⁹ A consequência disso foi a desconsideração dos demais interlocutores de Fink, como é evidentemente o caso de Hegel aqui. Desde suas primeiras notas de trabalho, no entanto, Fink faz um uso eminentemente *hegeliano* do conceito de especulativo,

⁹ Cf. principalmente Bruzina (2004). Talvez pelo fato de não levar suficientemente em consideração a obra posterior de Fink, já disponível à época, a interpretação do “especulativo” em Fink é apresentada por Bruzina a partir da “concepção de Gabriel Marcel sobre a natureza do mistério, ou seja, um problema no qual nos encontramos envolvidos de modo existencial” (BRUZINA, 2004, p. 458). Interpretações problemáticas posteriores ajudaram a consolidar a ideia de um “especulativo” como oposto à “sobriedade husserliana” (idem, p. 451), como o lançar-se numa abstração sem lastro com os fundamentos rigorosos da ciência fenomenológica. Na formulação paradigmática de Moran: “... há algo de desesperançoso sobre o fato de que o projeto de Fink é o de reintroduzir o especulativo precisamente ao movimento que teve início no repúdio a toda especulação”. (MORAN, 2007, p. 31).

distanciando-se do uso que o próprio Husserl lhe atribuiu, a saber, como o processo contrário ao da análise rigorosa e, portanto, como o elucubrar abstrato e sem sentido, diametralmente oposto à sóbria cientificidade da pesquisa fenomenológica (HUSSERL, 2002, p. 274). Fink, por sua vez, na esteira de Hegel (cf. HEGEL, 1986b, p. 177-8), emprega o especulativo em oposição ao dogmático, buscando com isso expressar precisamente a ideia do movimento do conceito em oposição à rigidez das construções conceituais universais e imutáveis. *Grosso modo*, o especulativo em Fink é o índice do trabalho que o pensamento exerce sobre o conceito. Valendo-se do especulativo, Fink praticamente atualiza o debate de Kant e Hegel em torno da limitação de uma teoria do conhecimento que permanece atrelada à experiência imediata do ente. Não por acaso, a acusação dirigida à postura anti-especulativa de Husserl é sempre complementada pela constatação da “inaptidão de Husserl para o conceito” (FINK, 2020b, 515), que faria de sua fenomenologia “um positivismo cego em relação ao conceito” por reivindicar uma descrição “sem posição [*Setzung*] do conceito do que é dado (idem, p. 511). E conclui, na mesma tese: “análise sem referência ao pensamento especulativo, que apenas desdobra um dado do conhecimento ilimitadamente, é pura lorota, conversa fiada.” (idem).

A retomada desse conceito e do uso que dele faz Hegel – contra Kant e sua epistemologia crítica – é oportuno justamente por trazer ao debate a possibilidade de uma modalidade de pensamento que não se constitua apenas como “determinidade universal [...], mas como a totalidade, em desenvolvimento, de suas determinações e leis próprias, que a ideia dá a si mesma” (HEGEL, 1986, p. 67). Com a lógica ontológica de Hegel, Fink busca recuperar para a fenomenologia uma lógica capaz de pensar tanto o ente em sua existência *para si* [*Ansich*] e portanto independentemente da sua apreensão pela consciência, quanto o ente na forma da sua representação correlativa para uma consciência intencional, i.e., seu dar-se como aparição e fenômeno à consciência [*Außersich*]. A lógica especulativa assegurou para Fink, como para Hegel antes dele, a possibilidade de pensar as coisas e o ente como sendo paradoxalmente e ao mesmo tempo para-si e fora-de-si, coisa-em-si e fenômeno, sem recair na posição dogmática de constranger a filosofia e o pensamento a abraçar apenas o fenômeno e abrir mão da coisa-em-si. A lógica especulativa é ontológica na medida em que considera o ser para-si e o ser fora-de-si das coisas como

momentos distintos que, em constante oposição e embate, determinam a compreensão do que significa, para aquele ente, ser no mundo.

Fink, assim como Hegel, busca recuperar o campo do *em-si* para a consideração do ente “no todo”, ao mesmo tempo como existência independente de uma consciência intencional e nela existente como *representação*. Isso significa, em última instância, colocar novamente a fenomenologia diante do problema ontológico. Para isso, como Fink enfatiza desde suas primeiras obras, é necessário que a fenomenologia opere numa lógica especulativa e refaça as pazes com o pensamento metafísico – ainda que sua concepção de metafísica seja fundamentalmente crítica à metafísica que ele caracteriza como *tradicional* e que, desde Parmênides, ergueu-se como uma ontologia esquecida do mundo, refratária à diferença e ao devir (Fink, 1957, p. 46). No curso sobre a *interpretação fenomenológica* de Hegel (FINK, 1977) Fink se propõe a tarefa de

“não apenas de compreender um texto, mas de avançar na direção da ‘coisa ela mesma’ tal como ela pode ter sido concebida por Hegel. A coisa mesma, e só ela, nos diz respeito na medida em que ele se empenhou para tornar sua existência compreensível. [...] Pretendemos indagar e ir à procura da coisa ela mesma. Mas será que sabemos o que é isso – a coisa mesma?” (FINK, 1977, p. 4).

Seguindo Hegel, Fink recupera a experiência da *certeza sensível* como a relação mais imediata com o ente, atrelada à dimensão da interpelação prática do mundo. Nessa experiência, a noção de ser aparece em seu mais alto grau de generalidade e como a verdade mais empobrecida e abstrata da coisa: trata-se do saber imediato de um ente imediatamente dado. A experiência se desenvolve a partir dos dois momentos, i) na coisa e ii) no sujeito que a percebe. A certeza sensível percebe que sua verdade não está nem nela mesma nem em seu objeto, mas que está necessariamente para além dela. A figura da *percepção* sucede a certeza sensível ao ser capaz de considerar o objeto como um sensível universal: como uno, unidade excludente, universalidade geral da coisidade. Mas a experiência da coisa se contrapõe à percepção generalizante de sua existência real. Diferente de um universal sensível, as coisas são uma multiplicidade de propriedades contraditórias entre si em constante vir-a-ser. Para preservar a identidade do seu objeto, a consciência perceptiva [*wahrnemendes Bewusstsein*] atribui a multiplicidade contraditória a si mesma. No desenvolvimento subsequente de sua experiência, no entanto, a consciência

percebe que, mesmo atribuindo a si a multiplicidade, o objeto não se comporta como ente sempre igual a si mesmo. Antes, é ao diferenciar-se dos demais objetos que ele se determina em sua singularidade. A consciência volta a atribuir a multiplicidade e o devir aos objetos e compreende a si mesma, por conseguinte, não como mais como a responsável pela multiplicidade mas, ao contrário, como o princípio de unificação do múltiplo e da diversidade dos próprios objetos. Confrontando todos esses momentos intermediários, a consciência compreende que fez a experiência da unidade e da multiplicidade tanto do seu objeto quanto de si mesma. Na passagem para o *entendimento*, a consciência compreende que o objeto é tanto para-si quanto para-outro (fora-de-si), para a consciência. Da mesma forma, a consciência é tanto para-outro, para o objeto, quanto para-si mesma (em-si). O fora-de-si da consciência se encontra com o em-si do objeto e a consciência múltipla percebe o objeto como uma unidade. Por outro lado, o em-si da consciência que se percebe como unidade se depara com o objeto fora-de-si, como multiplicidade contraditória. A determinação de um impõe a determinação do outro e então a consciência descobre que o essencial é o relacionar-se. O movimento do ‘entendimento’ consiste numa subsequente ‘negação’ da generalização da percepção, que então se volta à aparição (à aparição individual, ao “fenômeno” – *Erscheinung*) da certeza sensível, agora compreendendo o modo de ser das coisas que são, dos entes, como sendo ao mesmo tempo o sair-de-si [*Außersichgehen*] e o permanecer-junto-de-si [*Beisichbleiben*], ao mesmo tempo para-si e para-outro. Essa relação tensa entre os contrários determinantes é chamada por Hegel de força [*Kraft*].

Em sua interpretação fenomenológica, Fink enfatiza a *força* como o conceito fundamental da experiência da consciência. A força só existe como *permanecer-junto-a-si* na medida em que *sai-de-si*, ou seja, ela só existe *em-si* na medida em que ela é exercida sobre um outro e é, por isso, *fora-de-si*. Na força, portanto, o em-si e o fora-de-si coincidem paradigmaticamente na medida que a essência *para-si* da força é seu efeito sobre um outro – seu *para-outro*. A força é o que Fink chama de “paradoxo existente” (FINK, 1977, p. 120). Exemplificando o conceito paradoxal da *força*, Fink dá o exemplo do calor que emana do fogo e aquece uma panela. O calor pertence tanto ao fogo que aquece quanto à panela que se aquece por meio dele. Essa dupla localização do calor é a expressão da

coincidência entre seu *em-si* e seu *fora-de-si*: o calor permanece em si apenas porque sai de si. Que o calor esteja tanto na sua fonte (fogo) quanto em seu efeito (panela aquecida), significa que ele só existe necessariamente naquela relação, e não fora dela. A força é, portanto, a categoria originária que expressaria, para Fink, a verdadeira natureza de todas as coisas: ser em relação, ser na e *enquanto* tensão de uma relação, fora da qual nada pode existir (cf. COLI, 2022a). O pensamento capaz de compreender a dualidade constitutiva da *força* – e, por conseguinte, da natureza dual das coisas que são – é necessariamente *especulativo*, uma vez que precisa dar conta da existência das coisas enquanto síntese sucessiva e dinâmica entre unidade e multiplicidade. Isso vale tanto para as coisas que são no mundo quanto para nós, humano, que somos no mundo e ao mesmo tempo nos questionamos sobre ele. A ontologia abraça a transitoriedade e o vir-a-ser das coisas que são no mundo e se opõe à ontologia tradicional *enquanto ontologia especulativa*.

A experiência ontológica e a fenomenologia especulativa

A ontologia especulativa que Fink recupera para a fenomenologia não tem a pretensão de borrar as fronteiras entre fenômeno e coisa-em-si. Ao contrário, seu intuito é justamente o de conservar essa separação como o embate dos opostos constitutivos que, segundo ele, Nietzsche já antevira como o jogo entre Apolo e Dionísio. Ao contrário das posturas dogmáticas que elegem apenas o ‘fenômeno’ como objeto do pensamento possível, a ontologia especulativa restabelece a relação entre esses dois aspectos como constitutiva de todo ente. Tudo o que é no mundo é essencialmente perpassado pela dualidade de ser para si mesmo e ao mesmo tempo dar-se à percepção e à interação com o outro. Toda existência abriga em si a oposição e o contraditório, a unidade e a multiplicidade, a relação tensa consigo mesmo e com os demais entes que lhe vêm de encontro. O grande mérito da ontologia hegeliana, portanto, teria sido o de problematizar o conceito de *identidade* como substrato tautológico mínimo, como ponto de partida inquestionável de uma ontologia esquecida do mundo. Junto a Hegel, portanto, Fink busca o conceito de simesmidade [*Selbstheit*] (FINK, 1970, 1977) como o ponto de ancoragem mínimo de um pensamento ontológico que pretende acolher em si o devir: entes não são meras identidades tautológicas consigo mesmos, mas simesmidades cuja existência é

definida tanto pela tensão dos opostos que o constituem (em si e fora de si), quanto pelo devir de sua condição de ente no mundo. “A essência da sismesidade é a diferença” (FINK, 1977, p. 11).

Uma vez recolocada a ontologia sob uma dinâmica especulativa de movimento e devir, Fink retorna ao conceito de *força* para formular a proposta de uma fenomenologia filosófica – i.e., capaz de enfrentar – leia-se, refratária à transitoriedade e ao constante devir, e por isso insistente numa identidade para além de toda mudança. o problema ontológico sem prescindir da metafísica. A força, embora objeto de uma experiência efetiva e concreta, não tem ela mesma uma *aparência* enquanto tal. Não há um objeto no mundo ao qual podemos apontar e concluir: “isto é a força”. Ela é, antes, um conceito que atingimos por meio do esforço reflexivo de compreender as mudanças que observamos nos entes que nos vêm de encontro. Lembremo-nos da panela: não vemos a força, mas podemos sentir seu efeito quando a água se esquentando até ferver. É como se pudéssemos experimentar seus efeitos, mas jamais apontar para ela do mesmo modo que apontamos para a panela que se aquece ou para o fogo que a aquece. Nesse raciocínio aparentemente simples reside a originalidade da proposta *fenomenológica* de Fink: o ser é aquilo que *acontece* na medialidade dos opostos que constituem as coisas como duais. Esse acontecer do ser, por sua vez, dá-se no próprio *aparecer* da coisa no mundo. O aparecer do ente à nossa consciência é, como vimos, o ponto mais pobre e imediato da nossa compreensão sobre eles. Mas há neles um *efeito de ser* que não podemos ver tal como vemos os entes, e que todavia lhes atravessa – “o ser é a razão pela qual os entes são” (FINK, 1957, p. 107).

Assim como a força – e como conceitos fundamentais da metafísica como tempo, espaço e movimento (FINK, 1957) – sentimos e experimentamos o ser através dos entes que efetivamente são, embora não da mesma forma que os experimentamos. E aqui fechamos o circuito inaugurado com a crítica à experiência das coisas que se satisfaz com o encontro imediato com os entes: a filosofia como caminho que se abre com a pergunta pelos conceitos básicos e fundamentais com os quais todo pensamento opera – dentre eles o ser – é o caminho que, sim, inaugura-se na experiência imediata do ente como aparição para minha consciência mas, e principalmente, desenvolve-se como o caminho que, a partir daí, do dado imediato, constrói, como experiência, o pensamento daquilo que *não* nos é

imediatamente dado. O alvo da fenomenologia especulativa é, portanto, a experiência *mediada* do ser das coisas que são, e ele se constrói *a partir* da aparição das coisas como fenômenos. As coisas tal como aparecem no mundo oferecem a situação projetiva de toda pergunta ontológica sobre o ser. É sempre a partir da aparição do ente que o ser pode “vir à tona” [*zum Vorschein kommen*] (Fink 1970, p. 102). Mas o ser não tem aparência, ele não aparece como os fenômenos nos aparecem. E nem por isso deixamos de perceber seus efeitos – assim como sabemos imediatamente se uma panela está ou não quente. O ente é *efeito de ser*. A fenomenologia coincide com a ontologia especulativa à medida que compreende o “voltar às coisas mesmas” como a radicalização do fenômeno, como o trabalho que se realiza sobre seu mero aparecer imediato para que, daí, possamos experimentar o efeito de ser que aí se aninha. O fenômeno, portanto, deve ser e permanecer o ponto de partida da experiência cujo objeto está para além do mero aparecer das coisas. A situação projetiva da pergunta ontológica, portanto, é dada pelo aparecer do ente, pelo fenômeno. Assim, a fenomenologia mantém-se filosófica apenas na medida em que persegue o caminho da experiência do ser enquanto seu efeito de ser sobre o fenômeno, e não se deter logo no início, na própria aparição. O objeto da experiência ontológica, por conseguinte, é o *efeito de ser* que não se deixa apreender nem aparece como tal, mas está presente em todo aparecer ôntico, em todo fenômeno do mundo.

O que separa o pressuposto do pensamento do pensamento do pressuposto é a mediação, o colocar em movimento do pressuposto. Nesse sentido, o colocar em movimento do pressuposto do pensamento é o que abre a possibilidade do pensar filosófico enquanto pensamento sobre o pressuposto, ou seja, sobre os conceitos fundamentais, dentre os quais o ser. A experiência ontológica só pode ocorrer, no entanto, a partir da problematização da noção anterior e indeterminada de ser mediante a qual pré-compreendemos o ente enquanto fenômeno, por meio do ser aparecer. A experiência ontológica só é possível a partir da projeção [*Entwurf*] do horizonte ontológico da experiência de mediação conceitual do ser. Essa projeção não tem que ver com uma construção categorial da coisalidade da coisa pensada como uma forma pura do pensamento. Antes, projeção é o pôr [*Setzung*] em questão da coisalidade que inaugura o “esquema básico do que só posteriormente vem a ser realizado” (Fink, 2020a, p. 202).

Assim, o discurso da ‘projeção’ é uma metáfora, um modelo ôntico para uma relação fundamental com o ser” (idem, p. 203). O que se realiza posteriormente apenas graças à projeção é a própria experiência da mediação do ser através do trabalho que se faz sobre o conceito de ser. “A projeção ontológica é a única via à experiência ontológica. É somente no conceito pensante que o ser pode se iluminar originariamente” (idem). A experiência ontológica coincide, portanto, com a mediação do próprio conceito operativo de ser, i.e., seu desdobramento conceitual. “A autêntica experiência fundamental da filosofia hegeliana: ser é conceito” (Fink, 1977, p. 126).

Conclusão

Os materiais de trabalho ainda inéditos revelam que Fink sistematizou sua crítica à fenomenologia husserliana em torno da questão ontológica: Husserl teria se esquivado a todo custo do problema e, no mesmo golpe, teria privado a fenomenologia das questões filosóficas por excelência. A intenção do projeto fenomenológico de Fink, portanto, é a de recuperar o problema ontológico para o campo de problemas da fenomenologia. Mas para isso não bastaria uma ontologia aos moldes da tradição metafísica, que Fink caracterizou como a “ontologia do esquecimento do mundo” (FINK, 1957, 40f.). É aí que Fink desenvolve, a partir de Nietzsche mas principalmente de Hegel, a ideia da *experiência ontológica*, através da qual o *ser no todo do mundo*, e não apenas como correlato intencional de uma consciência, reapareceria no horizonte da investigação fenomenológica. Muito embora o ser não possa ser apreendido do mesmo modo que apreendemos os entes do mundo, é através dos entes, de sua aparição no mundo, que podemos experimentar o ser enquanto *efeito de ser* – assim como experimentamos o calor, o movimento, o tempo e o espaço. Não se trata de uma fenomenologia, portanto, que encontra no fenômeno seu objeto final de investigação. Ao contrário, trata-se de considerar o fenômeno como o ponto de partida de uma investigação cujo alvo é, contudo, *inaparente*, sem aparência, mas cujo *efeito* se revela no aparecer do ente.

Pensar uma ontologia do devir é pensar a partir de uma lógica especulativa. Mas é também, com Hegel e Nietzsche, pensar em primeiro lugar um ente em movimento tanto quanto o movimento e o campo de forças como determinantes e constitutivos de todo ente

e, em segundo lugar, pensar o ente enquanto inserido no mundo. Estes parecem ser os dois caminhos necessários para que a ontologia do devir atue também como ontologia que inclui em si o problema do mundo.

Buscamos uma entrada na filosofia mediante a pergunta pela concatenação entre ser e aparecer. Como a metafísica tradicional acreditou ter encontrado uma resposta à pergunta ontológica no próprio fenômeno ou num ‘além’ do fenômeno, num ‘*summum ens*’ imaginário, deve-se primeiro perguntar criticamente o que é o aparecer do ente, e o que é o aparecer como um modo específico de ser, e o que são os modos de ser do aparecer. (FINK, 1970, p. 77-8)

Referências bibliográficas

- BIEMEL, W. Zum Abschluß des Fink-Symposiums. In: GRAF, F. (Ed.), *Eugen Fink-Symposium. Freiburg 1985*. Freiburg. pp. 111-115, 1985.
- BRUZINA, R. *Edmund Husserl and Eugen Fink: beginnings and ends in phenomenology, 1928–1938*, New Haven & London: Yale, 2004.
- COLI, A. L. Finks Hegel-Deutung als Leitfaden der Entwicklung seines philosophischen Projekts. BREYER, T. et al., (ed.) *Phänomenologische Forschung 2022*. Hamburg: Felix Meiner. 147-63, 2022a.
- COLI, A. L. A fenomenologia negativa de Eugen Fink à luz de um projeto de contrametafísica. *Aoristo*. International Journal of Phenomenology, Hermeneutics and Metaphysics. Toledo, v. 5, n. 1, 2022b, p. 33-48.
- FINK, E. *Zur ontologischen Frühgeschichte von Raum - Zeit - Bewegung*. Den Haag: Martinus Nijhoff, 1957.
- FINK, E. *Nietzsches Philosophie*. Stuttgart: W. Kohlhammer, 1960.
- FINK, E. *Sein, Wahrheit, Welt*. Vor-Fragen zum Problem des Phänomens-Begriffs. Den Haag: Martinus Nijhoff, 1970.
- FINK, E. Operative Begriffe in Husserls Phänomenologie. In: *Nähe und Distanz*. Phänomenologische Vorträge und Aufsätze. Freiburg/Munich: Karl Alber, 1976, pp. 180-204.
- FINK, E. *Hegel*. Phänomenologische Interpretationen der „Phänomenologie des Geistes“. Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann. 1977.
- FINK, E. *Einleitung in die Philosophie*. Würzburg: Königshausen & Neumann, 1985.
- FINK, E. *VI. Cartesianische Meditation*. Teil I. Husserliana Dokumente 3, vol. 1 (HUDO 2/1). Dordrecht: Kluwer, 1988a.

FINK, E. *VI. Cartesianische Meditation. Ergänzungsband. Teil II.* Husserliana Dokumente 3, vol. 2 (HUDO 2/2). Dordrecht: Kluwer, 1988b.

FINK, E. *Presentificação e Imagem.* Contribuições a uma fenomenologia da irrealidade. Trad. Anna Luiza Coli. Londrina: EDUEL, 2019.

FINK, E. Sobre o problema da experiência ontológica. Trad. Anna Luiza Coli, Giovanni Jan Giubilato, José Fernandes Weber. In: *Phenomenology, Humanities and Sciences.* Curitiba, vol. 1, n. 1, 2020a.

FINK, E. Elementos para uma crítica a Husserl. Trad. Anna Luiza Coli, Giovanni Jan Giubilato, José Fernandes Weber. In: *Dossiê Eugen Fink.* Phenomenology, Humanities and Sciences. Curitiba, vol. 1, n.3, 2020b.

FINK, E. A metafísica nietzschiana do jogo. Trad. Anna Luiza Coli, Giovanni Jan Giubilato, José Fernandes Weber. In: *Dossiê Eugen Fink.* Phenomenology, Humanities and Sciences. Curitiba, vol. 1, n.3, 2020c.

HEGEL, G. W. F. *Wissenschaft der Logik.* Die Lehre vom Wesen. Erster Teil. Band 1. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1986.

HEGEL, G. W. F. *Phänomenologie des Geistes.* Band 3. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1986a.

HEGEL, G. W. F. *Enzyklopädie der philosophischen Wissenschaft in Grundrissen.* Erster Teil. Band 8. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1986b.

HEIDEGGER, M. *Ser e tempo.* Trad. Fausto Castilho. Campinas/Petrópolis: Unicamp Ed. / Vozes, 2012.

HUSSERL, E. *Ideen zu einer reinen Phänomenologie und phänomenologischen Philosophie.* Erstes Buch, 2. Halbband. Den Haag: Martinus Nijhoff, 1976.

HUSSERL, E. *Briefwechsel.* Husserliana Dokumente 3, vol. 4. (HUDO 3/4) Dordrecht: Kluwer, 1994.

HUSSERL, E. *Einleitung in die Philosophie: Vorlesungen 1922/23.* Dordrecht: Kluwer, 2002.

MORAN, D. Fink's Speculative Phenomenology: Between Constitution and Transcendence. In *Research in Phenomenology* 37: 3–31. Leiden, 2007.

Recebido em: 30/09/2022 | Aprovado em: 08/12/2022

